



## Working Paper<sup>1</sup>

### DESASTRES NATURAIS? (DES)ARRUMANDO ESPAÇOS DISCIPLINARES E REFLETINDO ACERCA DO DISCURSO CULTURAL SOBRE A(S) CRISE(S)

Ana Salgueiro  
CECC-UCP  
CIERL-UMa  
Projecto DMDM

**Resumo:** Centrando a nossa atenção na problemática dos desastres naturais e tomando como *pedra de toque* a grande aluvião que a 20 de Fevereiro de 2010 se abateu sobre a ilha da Madeira, procuraremos argumentar em que medida esses eventos extremos e multidimensionais podem ser entendidos como crises sistémicas. Notando o carácter falacioso da designação “desastres naturais”, sublinharemos como estes, devendo ser entendidos como eventos críticos em si mesmos, podem também ser entendidos como fenómenos potenciadores de outras crises, necessárias quer à recuperação do equilíbrio da vida humana e da funcionalidade das comunidades neles implicadas, quer ao fomento de uma maior resiliência. Estudar os desastres naturais exigirá, pois, no tempo crítico da nossa *modernidade tardia*, o desenvolvimento de perspectivas multi e transdisciplinares.

**Palavras-chave:** crises; desastres naturais; discurso cultural e epistemológico; ilha da Madeira; resiliência; (des)ordem transdisciplinar.

---

<sup>1</sup> Versão escrita e ligeiramente actualizada da comunicação apresentada pela autora na I Conferência “Memória e desastres naturais na Madeira. Lembrar, esquecer, relembra?” (UMa, 20 de Fev. 2013) com o título “Memória Cultural e desastres naturais: para lá do *insulamento* disciplinar”. Quer o trabalho agora publicado sob formato *Working Paper*, quer a referida conferência foram produzidos no âmbito do projecto DMDM, associado ao CECC-UCP e ao CIERL-UMa.

**Abstract:** Focusing on the problem of natural disasters and taking a research project on memory of catastrophes on Madeira Island as a *touchstone* for our discussion, this paper questions to what extent can those extreme and multidimensional events be understood as systemic crises. Noting the fallacious meaning of the expression “natural disasters”, we will underline how these ones should be understood not only as critical events, but also as phenomena which led to other crises, required both for the recovery of the communities involved in the events and for foster greater individual and social resilience. We will address how the study of natural disasters, particularly in our critical *late modernity*, requires multi and transdisciplinary approaches.

**Key words:** crises; natural disasters; the epistemological and cultural discourse of crisis; Madeira Island; resilience; transdisciplinary (dis)order

Catastrophes and crises are (...) disruptions of order (...) (they) change and subvert what we have become accustomed to as the normal state of things (...). They simultaneously demand and defy conceptual understanding and cultural representation and thus force our cultural imagination to invent new concepts and new modes of understanding as well as new forms of narration, figuration and documentation” (Meiner e Veel, 2012: 1)

“pure disciplines (...) (the scholars) seem to say, let us not mix up knowledge, interest, justice and power. Let us not mix up heaven and earth, the global and the local scene, the human and the nonhuman. ‘But these imbroglios do the mixing’, you’ll say (...) ‘Act as if they didn’t exist’, the analysts reply” (Latour, 1993: 3)

### **Da falácia da designação “desastre natural”: o desastre enquanto crise sistémica**

Assumindo valores diversos, o conceito de *crise*, quando analisado por via etimológica (do grego *krísis*: cindir, distinguir, decidir, julgar), reporta-se, antes de mais, à condição liminal, em que sujeitos e comunidades experienciam a disrupção de uma dada ordem estabelecida, acompanhada pela emergência de instabilidades várias, cujos abalos e perdas são geradores, não raras vezes, de sofrimento, de angústias ou até de traumas individuais e/ou coletivos. Mas, justamente por tudo isto, o conceito de crise

pressupõe que essa interrupção séria da funcionalidade de uma comunidade ou da vida de um sujeito constitua, de igual forma, um momento/situação que desafia à mudança de paradigmas, à reequação da validade do que antes fora tomado como dado adquirido e certo, à necessidade de *re-olhar* e reavaliar (criativa, mas também *criticamente*) o mundo, os hábitos e os valores anteriormente cristalizados num dado sistema eco-socio-cultural. Hábitos e valores esses que, embora criando uma *zona de conforto*, na verdade, sempre acabam por estar implicados na emergência da crise em causa (Meiner e Veel, 2012: 1-2).

Aparentemente paradoxal, naquilo que, assim, possa comportar de negativo e positivo, de apocalíptico e de (re)construtivo, a crise, e nomeadamente a crise que se manifesta aquando de um desastre natural de magnitude relevante como aquele que se verificou, por exemplo, na ilha da Madeira, a 20 de Fevereiro de 2010<sup>1</sup>, é um fenómeno nefasto, mas simultaneamente, como notou Carl Folke, uma perturbação que pode comportar “the capacity for renewal, re-organization and development”; um fenómeno muitas vezes catastrófico, mas que assume “the potencial to create opportunity for doing new things, for innovation and for development” (Folke, 2006: 253); um evento crítico em si mesmo, mas também potenciador de outras crises, consideradas necessárias quer para a recuperação do equilíbrio da vida humana e da funcionalidade das comunidades afetadas e nele implicadas, quer para o fomento de uma maior resiliência individual e sócio-cultural.

Entendidos, hoje, como fenómenos críticos multidimensionais (Alexander, 2011; Oliver-Smith, 2004; Quarantelli, 2005), os desastres naturais tenderam, no entanto, e durante largos anos, a ser analisados apenas enquanto fenómenos geofísicos, excluindo-se do seu estudo os contributos de áreas disciplinares das artes ou das humanidades e ignorando-se aquilo que Meiner e Veel sublinharam recentemente: “Understanding, Remembering and Imagining: these are three fundamental cultural actors involved in

addressing how cultures (and subjects) deal with and negotiate catastrophes and crises” (Meiner e Veel, 2012: 9).

Assim, se aceitarmos como válida a definição proposta por Zêzere *et alii*, no âmbito do projeto interdisciplinar *Disaster. Desastres Naturais de Origem Hidrogeomorfológica em Portugal: Base de Dados SIG para Apoio à Decisão no Ordenamento do Território e Planeamento de Emergência*<sup>2</sup>, poderemos entender o desastre natural como “uma interrupção séria da funcionalidade de uma comunidade, na sequência de um evento natural perigoso, causando perdas humanas, materiais ou ambientais significativas, que excedem a capacidade da comunidade afetada em recuperar com base nos seus próprios recursos” (Zêzere *et alii*, 2010: 451-452).

Nesta perspetiva, compreender-se-á quão falaciosa pode ser a designação *desastre natural*. Ao colocar a tónica no(s) fenómeno(s) detonador(es) do desastre que será/serão de ordem natural, a expressão *desastre natural* facilmente nos leva a incorrer no logro de esquecer ou desvalorizar em excesso outros fatores não naturais que tornam mais ou menos vulneráveis as comunidades, as quais, por seu lado, sendo vítimas, não deixam também de ser agentes-construtoras do desastre. Ora, é também nessa perspetiva que se compreende que, até há bem pouco tempo, se tenham ignorado valiosos contributos de outras áreas que não os das ciências naturais e tecnológicas, quer para o conhecimento dos fenómenos de desastre natural em si, quer para o desenvolvimento de estratégias preventivas e mitigatórias dos riscos e dos danos que, destes, tantas vezes decorrem.

Como destaca Quarantelli, “a disaster is not a physical happening (...), it is a social occasion (...). For instance, floods, earthquakes, and other so-called ‘natural’ disaster agents have social consequences *only* because of the activities of involved communities, before, during and after the impact of a disaster (Quarantelli, 2005: 343). Ou seja, um desastre não é apenas a consequência de um perigo natural. Ele deve ser

antes entendido como um fenómeno multidimensional e extremamente complexo, construído por essa sociedade, na sua relação com o meio natural. Um desastre é, afinal, como deixa bem claro Quarantelli, um fenómeno sistémico que resulta de falhas no funcionamento do sistema eco-socio-cultural, no momento em que este tem de responder a um evento natural extremo (Quarantelli, 2005: 345). E para este autor, “if there are no negative social consequences, there is no disaster (...), it may be a truism, but without people there can be no disaster”, razão pela qual, ainda em seu entender, estudar os perigos naturais é, com certeza, fundamental para o estudo dos desastres, embora este último processo exija uma abordagem bem mais alargada, multi e transdisciplinar (Quarantelli, 2005: 346).

O presente trabalho, ao mesmo tempo que procura ser um breve contributo para a reflexão acerca do discurso cultural sobre a(s) crises(s) e em especial aquela(s) que se manifesta(m) aquando da ocorrência de desastres naturais, tomará como *pedra de toque* um caso em estudo, no âmbito de um recente projeto transdisciplinar associado ao CECC, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa e ao CIERL, Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais. Um projeto que, em si mesmo, se apresenta como exercício de reflexão acerca dessas problemáticas, mas também como resposta quer aos tempos críticos da *modernidade tardia* em que nos situamos, quer, em termos mais concretos e locais, ao desastre de 20 de Fevereiro de 2010 experienciado na Madeira e ao risco (entretanto, já por diversas vezes confirmado<sup>3</sup>) de que fenómenos idênticos se venham a repetir na ilha, com maior regularidade e/ou intensidade.

Referimo-nos ao projecto “(Des)Memória de Desastre? Cultura e Perigos Naturais. Madeira, um Caso de Estudo” (sob o acrónimo DMDM), constituído por investigadores especializados em diversas áreas disciplinares (antropologia, arqueologia,

ciências biológicas e da saúde, estudos artísticos, literários e de cultura, estudos de turismo, geografia, história e psicologia) e provenientes de várias instituições académicas nacionais e estrangeiras. Um grupo de trabalho que também associado a um conjunto de artistas que igualmente integram a equipa multidisciplinar, ocupada no estudo de e na reflexão sobre a memória cultural madeirense e os desastres naturais experienciados naquele arquipélago atlântico.

### **Falência do *paradigma iluminista*, crise(s) e pertinência atual de projetos transdisciplinares para o estudo dos desastres naturais: o caso Madeira.**

Reflectindo sobre o problema cultural e epistemológico que Charles Percy Snow, no seu livro *The two cultures*, já em 1959, apontava como uma “intellectual and creative loss” (Snow, 1998: 6) – i.e., a perda e os equívocos que decorrem da polarização e da recusa comunicativa entre disciplinas e em particular entre a área das ditas ciência naturais e tecnológicas, por um lado, e as artes e as humanidades, por outro – Fernando Clara, em 2006, tomava as metáforas da *ilha* e do *insulamento* para referir (e contestar) o isolacionismo epistemológico e a “preocupação asséptica” que dominou o discurso das ciências e da academia, desde o Iluminismo racionalista até ao final do século XX, pelo menos no mundo sob influência ocidental (Clara, 2006: 45). Um *insulamento* disciplinar que, em grande medida, decorreu da ideia da existência de uma fronteira inquestionável entre o que seria natural e o que seria cultural, contribuindo para a cristalização e legitimação dessa distinção dicotómica no pensamento ocidental moderno. Rasurava-se, assim, o facto de que, afinal, essa dicotomia e até o próprio conceito de ‘natural’ são, na verdade, construções culturais, determinadas pelos valores e quadros de referência dominantes num determinado contexto histórico e social.<sup>4</sup> A título ilustrativo do que aqui afirmamos, pensemos apenas se o desastre decorrente de

um tsunami será sempre entendido como um desastre natural, mesmo no caso de nos situarmos num contexto sócio-cultural que desconhece a explicação física para esse fenómeno, optando antes por uma explicação, por exemplo, de carácter transcendente ou religioso.

A convocação das palavras de Charles Percy Snow, de Fernando Clara e de Bruno Latour, este último citado em epígrafe, torna-se oportuna no presente trabalho, por nos ajudar a refletir sobre a pertinência ou até a urgência de criar, hoje, plataformas interdisciplinares de reflexão e estudo sobre os fenómenos de desastre em geral e sobre os desastres naturais experienciados na Madeira, em particular.

Como referimos anteriormente, a 20 de Fevereiro de 2010, esta ilha experienciava um dos mais graves desastres naturais de que há registo na sua história. Chuvas intensas em terrenos já saturados pela precipitação volumosa dos últimos meses e num território de relevo acidentado fizeram engrossar os canais que correm pelas suas vertentes e, num curto espaço de tempo, os leitos daqueles, desrespeitando a insistência humana em lhes redefinir os cursos, transbordaram. Acompanhadas por ventos fortes, essas torrentes foram arrastando tudo o que se interpunha no seu percurso. E, no final do período crítico, avaliada a devastação causada pelas cheias-rápidas desse dia, as autoridades contabilizavam um total de 43 mortos, 8 desaparecidos, cerca de 120 feridos, 800 habitações com danos assinaláveis e um prejuízo avaliado em 1.080 milhões de euros (Sepúlveda, 2011: 97).

Não surpreende, pois, que o interesse académico e técnico por este (tipo de) desastre em particular tenha suscitado a publicação de diversos trabalhos e que, no espaço público madeirense, a problemática dos desastres naturais seja, ainda hoje, melindrosa, assumindo aí uma especial relevância.<sup>5</sup>

É de notar, porém, que as publicações aqui em causa, dotadas de maior ou menor rigor científico, se ocuparam do estudo do desastre, analisando sobretudo os perigos naturais e os fatores geofísicos que o desencadearam. Adotando uma perspetiva ainda herdeira do paradigma *insulante* iluminista a que, justamente, Charles Percy Snow, Fernando Clara e Bruno Latour se referiam, um paradigma que a *modernidade tardia* tem questionado e problematizado de forma aguda, como demonstraram, aliás, alguns dos especialistas da área dos estudos de desastre anteriormente por nós citados (Oliver-Smith, 2004; Quarantelli, 2005; Alexander, 2011), esses trabalhos sobre os desastres de origem hidro-geomorfológica na Madeira afastam-se, assim, da crescente tendência transdisciplinar que a área em causa tem vindo a postular com maior acutilância nos últimos tempos. E, pese embora o relevante contributo que alguns desses estudos assumem para o conhecimento da perigosidade e dos riscos naturais detetáveis na Madeira, eles excluem do seu âmbito a análise do modo como sujeitos e comunidades processam a experiência desse e de outros desastres, o modo como os pensam, recordam, esquecem ou imaginam, ignorando, por isso, até que ponto estes fatores humanos e culturais podem estar implicados no(s) próprio(s) desastre(s).

Ora, um dos principais objetivos do projeto DMDM é, justamente, indagar sobre as possíveis implicações existentes entre memória, cultura e desastres naturais, procurando que, por via da *desarrumação* transdisciplinar, se rompa com o paradigma *insulante* (ainda fortemente enraizado no sistema cultural e académico madeirense) que separa ciências da natureza e tecnológicas, por um lado, de artes e humanidades, por outro. Pretende-se, deste modo também crítico, contribuir para o preenchimento de uma lacuna no conhecimento desses fenómenos extremos, cujo contributo se espera poder vir

a ser útil quer para o conhecimento da construção identitária e do sistema cultural da madeira, quer para o desenvolvimento de planos de gestão de riscos de desastre na ilha.

No atual quadro cultural, epistemológico, mas também económico e social – avesso a insulamentos exclusivistas e a desperdícios de toda a ordem -, fazer ciência exige, cada vez mais, que os investigadores se disponibilizem para o diálogo interdisciplinar, interinstitucional e internacional, mas também para a implicação do seu trabalho na resolução de problemas vividos pela chamada ‘sociedade civil’. Isto, sem pôr em causa, obviamente, o rigor que sempre deve orientar qualquer trabalho académico sério e sem que esse envolvimento cívico determine a descaracterização do trabalho científico, pelo abandono dos valores e metodologias que norteiam e constituem cada uma das diversas áreas disciplinares.

Contudo, se essa disponibilidade dos investigadores para colaborarem ativamente na resolução de problemas do quotidiano decorre, em grande parte, do atual quadro de crise socioeconómica, ela não se ficará apenas a dever a uma lógica necessidade de sobrevivência desses mesmos investigadores, num tempo de agudas limitações financeiras. Dever-se-á também, em muitos casos, a uma ética da investigação, cuja reafirmação, não sendo de todo alheia à crise, os leva a desenvolver projetos que declaradamente querem intervir no tecido sociocultural das comunidades, procurando dar respostas aos muitos problemas com que estas se vêem confrontadas.

Subvertendo a lógica postulada pelos ‘especialistas’, supostamente modernos, citados por Bruno Latour na epígrafe de abertura deste nosso texto, esses projetos – entre os quais incluímos o DMDM – partem do pressuposto crítico e epistemológico de que a fronteira entre “knowledge, interest, justice and power”, entre “heaven and earth”, entre “the global and the local scene, the human and the nonhuman”, entre as ciências

naturais e tecnológicas, por um lado, e as artes e as humanidades, por outro, não é, de facto, intransponível, por mais que o *paradigma cultural iluminista* a que nos referimos anteriormente tenha tendido à cristalização, nos sistemas culturais ocidentalizados, de uma cartografia dos saberes e das várias dimensões da vida identificável com um sistema de gavetas não-comunicantes.

No que ao estudo dos desastres diz respeito, convém lembrar com David Alexander que, se até à década de 1980, a “comunidade mundial e a maioria dos países preferiram enfrentar o problema [dos desastres] respondendo aos incidentes adversos ao invés de os antecipar”, aplicando os seus recursos em outras estratégias que não as da “prevenção e atenuação”, hoje essa estratégia é não só altamente questionável, do ponto de vista científico e técnico, como também se afigura insustentável do ponto de vista financeiro, quer a nível internacional, quer a nível nacional e local (Alexander, 2011: 9).

Ainda de acordo com este autor, em 2010 (curiosamente, o ano da grande aluvião na Madeira), o número de pessoas afetadas por desastres (não apenas naturais, sublinhe-se) foi de cerca de 280 milhões, havendo relatórios que, com base em estudos rigorosos, prevêem que, em 2015, o número aumente para cerca de 375 milhões. Isto, sobretudo devido à intensificação de desastres desencadeados por perigos geoclimáticos ou atmosféricos, como inundações e tempestades, decorrentes das alterações climáticas a uma escala global (Alexander, 2011: 9).

Estas previsões tornam-se ainda mais preocupantes, quando pensamos no impacto que desastres como estes podem ter em ilhas com a dimensão e as características da Madeira. O relatório de 2007 do *Intergovernmental Panel on Climate Change*, no capítulo respeitante às “Small islands”, elaborado por especialistas em estudos insulares (Mimura *et alii*, 2007), é claro no prognóstico<sup>6</sup>. Embora excluindo da

sua análise as ilhas atlânticas que não as do Caribe, este relatório sublinha que, de um modo geral, os espaços insulares de menores dimensões estão mais expostos a fenómenos também mais intensos de inundação, de tempestades e de erosão, com a agravante de que, justamente pelas suas características, essas ilhas revelam uma menor capacidade adaptativa, até porque os custos dessa adaptação são acentuadamente maiores do que em outros espaços. Fenómenos extremos como esses ameaçam, pois, seriamente, as infraestruturas vitais, os bens e a própria vida das populações dessas ilhas, estendendo-se as suas repercussões, para lá do momento crítico do desastre, à própria sustentabilidade socioeconómica das comunidades insulares (Mimura *et alii*, 2007: 689). Particularmente vulneráveis estarão, ainda segundo este relatório, as ilhas cujo sistema socioeconómico está fortemente dependente da atividade turística, situação que se verifica na Madeira (Mimura *et alii*, 2007: 701). Isso, não apenas porque o impacto dos desastres naturais tende a afetar o património (natural e/ou cultural) e a facilidade de transportes que fomentam a atividade turística insular (Mimura *et alii*, 2007: 701 e segs.), mas também porque, no mundo globalizado de hoje, onde, por via dos novos *media* e da acelerada divulgação de informações por eles potenciada a uma escala global (divulgação que, sublinhe-se, nem sempre é promovida de forma rigorosa, responsável e suficientemente crítica), a visibilidade transnacional e a espectacularização dos desastres parecem ser incontornáveis (Cottle, 1998; Gil, s.d., pondo, assim, em causa a sustentabilidade da indústria turística.

Neste quadro, facilmente se compreende que se tenha vindo a concluir da não-eficácia e da não-sustentabilidade de estratégias apenas centradas na fase de resposta imediata aos momentos de crise de desastre (a gestão da emergência) e que, sobretudo com a década de 1990 (definida pela ONU como a “Década Internacional para a

Redução das Catástrofes Naturais”), se tenha assistido a uma mudança de paradigma. Contudo, em Portugal, de acordo com indicações prestadas pelo projeto *Disaster*, “a gestão preventiva dos riscos só muito recentemente [em 2006] passou a ser assumida como prioridade pelo Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território” (Zêzere *et alii*, 2010: 452).<sup>7</sup>

Ora, reorientar o trabalho de estudo e gestão de desastres naturais para a prevenção e mitigação quer dos riscos, quer dos danos implica, obrigatoriamente, que investigadores e técnicos desviem parte da sua atenção dos fenómenos geofísicos que desencadeiam esses eventos extremos (os perigos naturais), para a recentrarem em outras dinâmicas e processos, implicados quer na realidade social, económica, cultural em que eles ocorrem, quer na estrutura mental e densidade psicológica dos indivíduos que habitam esses sistemas eco-socio-culturais. Implica, como nota Enrico L. Quarantelli, procurar entender os desastres naturais, não apenas no seu tempo cronológico e no seu espaço geográfico, mas sobretudo no seu tempo histórico e no seu espaço social, dando especial relevo a um vasto conjunto de vulnerabilidades que ultrapassam, em larga medida, a exposição a perigos naturais (Quarantelli, 2005: 340).

Neste sentido, os conceitos-chave para a compreensão e gestão dos desastres passam a ser: (1) *vulnerabilidade*, ou melhor, no plural, *vulnerabilidades* naturais, físicas, económicas, sociais, políticas, técnicas, ideológicas, culturais, educacionais, ecológicas, institucionais, psicológicas, etc.; e (2), em seu contraponto, *resiliência*, i.e., a capacidade de resistência e adaptação dos indivíduos e comunidades aos impactos dos desastres, mas também ao risco de desastre. Como nota Anthony Oliver-Smith (2004: 11), em casos de desastres naturais, a vulnerabilidade de indivíduos e/ou comunidades deve ser entendida como situando-se na interseção de fatores naturais com fatores

culturais, e será a variação dos seus índices que determinará uma maior ou menor resiliência desses mesmos indivíduos e comunidades.

Neste quadro, analisar a história dos desastres e, no caso do DMDM, analisar e promover uma séria e crítica reflexão sobre a memória cultural dos desastres naturais na Madeira, parece ser fundamental. E a este respeito, importará talvez salientar que esta linha de investigação é hoje seguida, a nível nacional e a nível internacional, por diversas instituições. A nível nacional, evoquemos, p. ex., o projeto *Disaster*, que se ocupou do levantamento de registos de desastres hidro-geomorfológicos, ocorridos em Portugal continental desde finais do séc. XIX até à primeira década do séc. XXI, com o objectivo de elaborar uma “base de dados, consistente e validada, de desastres de origem hidrogeomorfológica”, que ajude na “implementação de medidas eficazes para a mitigação dos desastres naturais” no país (Zêzere *et alii*, 2010: 451). A nível internacional, destaquemos, p. ex., que no Reino Unido, em Maio de 2012, o *Institute of Civil Protection and Emergency Management* promoveu a sua conferência anual, intitulada *Resilience: Learning from the Past to Deal with Threats in the Future*, tendo assim proposto como motivo central para reflexão no encontro, justamente, o do contributo do conhecimento de experiências passadas de desastre para a promoção de atitudes e culturas mais resilientes<sup>8</sup>.

Assim, olhar para o passado da Madeira (um passado mais ou menos remoto), focando a nossa atenção não apenas nos desastres naturais aí ocorridos, mas também no modo como os sujeitos e as comunidades locais percecionaram os riscos a que estavam expostos e os desastres que por si foram sendo experienciados, inscrevendo essas imagens ou rasurando-as da sua memória individual ou cultural, permitir-nos-á, por um lado, analisar o modo como a sociedade madeirense se relacionou com o meio natural

das ilhas, numa abordagem que, certamente, nos conduzirá a uma interessante compreensão daquela que é e foi sendo a tessitura cultural do arquipélago e a construção da sua identidade. Por outro lado, o estudo do modo como, ao longo do tempo, os sujeitos e as comunidades experienciaram os riscos e os desastres naturais, os lembraram ou esqueceram, permitir-nos-á encontrar, com toda a certeza, múltiplas e diversas formas de resposta a esses fenómenos. O levantamento e o estudo, devidamente contextualizado, destas formas de resposta (mais ou menos válidas), em nosso entender, poderá funcionar, junto das entidades responsáveis pela gestão de riscos de desastre no arquipélago (caso estas assim o entendam), como arquivo de informações a que poderão recorrer, na elaboração dos seus programas de mitigação de vulnerabilidades (as falhas de funcionamento do sistema eco-socio-cultural, a que se reportava Quarantelli), com o fim da promoção de resiliência.

Aleida Assmann, uma referência incontornável na área dos estudos de memória, afirma num seu recente texto: “when thinking about memory, we must start with forgetting (...). In order to remember some things, other things must be forgotten (Assmann, 2010: 97). Por sua vez, Pierre Nora, num seu texto de 2002, em que sinaliza (e reflecte sobre) o crescente protagonismo hoje assumido, junto da comunidade académica, pelos estudos de memória, comparativamente a abordagens historiográficas mais tradicionais, quando se trata de estudar o passado, nota o seguinte: “This change has taken a variety of forms: criticism of official versions of history and recovery of areas of history previously repressed; demands for signs of a past that had been confiscated or suppressed” (Nora, 2002: 1).

Para Pierre Nora, num tempo como o de hoje, marcado pela retórica e pelos valores da democratização, mas também pela crise epistemológica em que a aceitação

de uma Verdade única e absoluta, imune a variações subjetivas e contextuais ou até a manipulações ideológicas, deixou de ser inquestionável, pensar o passado apenas de acordo com o paradigma da História oficial (a História dos vencedores e dos heróis), avessa a aceitar como válidas as narrativas do passado mais subjetivas ou que escapam ao discurso oficial (aquilo que poderemos designar por contra-memórias), será, afinal, faltar à verdade e simplificar abusivamente a densidade e complexidade do que é a vida humana em sociedade. O passado é sempre feito de múltiplas verdades e a análise da memória cultural exige dar atenção a essa pluralidade de discursos e vozes (por vezes mesmo conflituais) que a constituem, pois, ainda para Pierre Nora, em última análise, “we do not know what our descendants will need to know about ourselves in order to understand their own lives. And this inability to anticipate the future puts us under an obligation [...] this “duty to remember” (*devoir de mémoire*) (Nora, 2002: 4).

É também neste contexto epistemológico crítico, que um estudo rigoroso sobre o passado de desastres naturais na Madeira e a memória deles aí (re)construída, um estudo que se quer útil para as instituições responsáveis pela gestão de risco de desastres no arquipélago, exige uma abordagem não apenas centrada na documentação institucional, mas antes aberta a outro tipo de discursos<sup>9</sup>. Exige também uma abordagem que não esqueça a lição de Aleida Assmann: estudar a memória, implica sempre estudar também o que o exercício de reconstrução do passado faz esquecer.

## BIBLIOGRAFIA

---

- . Alexander D (2011) Modelos de Vulnerabilidade Social a Desastres. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93 (Jun.): 9-29.
- . Assmann A (2010) Canon and Archive. In: Erll A & Nünning A (eds.) *A Companion to Cultural Memory Studies*. Berlin/New York: De Gruyter, 97-107.
- . Clara F (2002) Paradigmas, Parasitas, Híbridos e Clones. Ciências e Interdisciplinaridades. VIII Encontros Interdisciplinares da Faculdade de Ciências

Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. As Ciências Sociais e Humanas no Século XXI Working Paper, Lisboa. Disponível em [http://run.unl.pt/bitstream/10362/4015/1/Clara\\_2002.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/4015/1/Clara_2002.pdf)

. Cottle S (1998) Ulrich Beck, 'Risk Society' and The Media. A Catastrophic View?. *European Journal of Communication*, 13 (1): 5-32.

. Fragoso M *et alii* (2012) The 20 February 2010 Madeira Flash-floods: Synoptic Analysis and Extreme Rainfall Assessment. *Natural Hazards and Earth System Science*, 12. Disponível em: [www.nat-hazards-earth-syst-sci.net/12/715/2012/nhess-12-715-2012.pdf](http://www.nat-hazards-earth-syst-sci.net/12/715/2012/nhess-12-715-2012.pdf)

. Folke C (2006) Resilience: The Emergence of a Perspective for Social-ecological Systems Analyses. *Global Environmental Change* 16: 253-267.

. Gil, Isabel Capeloa (s.d.) "(E)Spectating Disaster", working paper, disponível em <http://cecc.fch.lisboa.ucp/>

. Latour B (1993) [1991] *We Have Never Been Modern*, trad. Catherine Porter. Cambridge: Harvard University Press.

. Nora P (2002) Reasons for the current upsurge in memory. *Transit*, 22. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2002-04-19-nora-en.html>.

. Meiner C and Veel K (2012), Introduction. In Meiner C and Veel K (eds) *The Cultural Life of Catastrophes and Crises*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 1-14.

. Mimura N *et alii* (2007) Small Islands. In: AAVV, *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 687-716.

. Oliver-Smith A (2004) Theorizing Vulnerability in a Globalized World: a Political Ecological Perspective. In: Greg Bankoff *et alii* *Mapping Vulnerability. Disasters, Development and People*. London: Earthscan, 10-24.

. Quarantelli E L (2005) A Social Science Research Agenda for the Disaster of the 21<sup>st</sup> Century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation. In: Perry R & Quarantelli E L (eds.) *What Is a Disaster? New Answers to Old Questions*. Philadelphia: Xlibris Books, 325-396.

. Quintal R, Policarpo N (2012) *Baía do Funchal. Dinâmicas Naturais e Antrópicas*. Lisboa: Esfera do Caos.

. Sepúlveda S M F (2011). Avaliação da Precipitação Extrema na Ilha da Madeira. Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, IST-UTL.

. Silva C (dir.) (2010) *Madeira, 20 de Fevereiro de 2010*. Funchal: Regimento de Guarnição n.º3.

. Snow C P (1998) [1959] *The Two Cultures*, Cambridge/NewYork: Cambridge University Press.

. Zêzere J L *et alii* (2010), DISASTER-Desastres Naturais de Origem Hidrogeomorfológica em Portugal: Base de Dados SIG para Apoio à Decisão no Ordenamento do Território e Planeamento de Emergência. *Congresso Nacional de*

*Geomorfologia*. Disponível em: [http://riskam.ul.pt/disaster/images/pdf/disaster\\_2010\\_apgeom.pdf](http://riskam.ul.pt/disaster/images/pdf/disaster_2010_apgeom.pdf).

<sup>1</sup> Referimo-nos à grande aluvião ou cheia-rápida ocorrida a 20 de Fevereiro de 2010, na ilha da Madeira. A referência a este desastre decorre do facto de o caso em estudo, a que nos reportaremos no presente trabalho, ser justamente o ‘caso Madeira’ e de o projeto em que ele está a ser analisado ter surgido, em grande parte, como resposta académica a esse evento desastroso e ao risco de reincidência de desastres dessa magnitude na ilha.

<sup>2</sup> Cf. página online do projeto *Disaster* em: <http://riskam.ul.pt/disaster>.

<sup>3</sup> Desde 20 de Fevereiro de 2010, foram vários os episódios de cheias-rápidas verificados na ilha da Madeira, com danos assinaláveis, embora sem a gravidade dos verificados naquela data.

<sup>4</sup> Oliver-Smith reflete sobre as implicações deste discurso assético na análise da problemática dos desastres naturais, sublinhando: “The first question we need to ask involves the analysis of the implication of the cultural construction of nature-society relations for the production of the conditions of vulnerability and the occurrence of disaster (...). The relationship between society and nature is one of the fundamental, if often unexamined, pillars of any ideological system. Anthropologists have documented that society-nature relationships are expressed cross-culturally in a wide variety of forms. Although it is hard to characterize local models of nature, it is clear that many are not based on the separation of the biophysical, human and supernatural worlds. Essentially, many cultures do not construct a clear dichotomy between nature and culture as Western societies do” (Oliver-Smith, 2004: 12)

<sup>5</sup> Vários foram os trabalhos entretanto publicados e que, direta ou indiretamente, se encontram relacionados com o desastre de 20 de Fevereiro de 2010, na Madeira. Sem pretendermos ser exaustivos na listagem bibliográfica, cf., p.ex.: Silva, 2010; Sepúlveda, 2011; Quintal e Policarpo, 2012; Fragoso *et alii*, 2012. O interesse público pelo tema dos desastres naturais e em particular pelas aluviões (interesse nem sempre dissociado da evocação da experiência traumática de 20 de Fevereiro de 2010) manifestou-se, por exemplo, na I Conferência “Memória e desastres naturais na Madeira. Lembrar, esquecer, relebrar?”, promovida pelo DMDM, a 20 de Fevereiro de 2013, na Universidade da Madeira, numa parceria com o conselho de curso do Mestrado em Estudos Regionais e Locais desta última universidade. O número de participantes na assistência, assim como a cobertura mediática que o encontro alcançou, por parte dos meios de comunicação regionais (televisão, rádio e jornais) parecem atestá-lo.

<sup>6</sup> Referimo-nos ao *Fifth Assessment Report*, de 2007 (Mimura *et alii*, 2007).

<sup>7</sup> Zêzere *et alii* (2010: 452) citam, a este respeito, o *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Programa de Acção*, publicado em 2006, pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

<sup>8</sup> Cf.: <http://www.icpem.net/LinkClick.aspx?fileticket=o4V6vVodlXA%3d&tabid=155>.

<sup>9</sup> Nomeadamente, os discursos jornalísticos, os discursos artísticos, os discursos privados, mas também, por exemplo, os próprios discursos das diversas disciplinas científicas que, ao longo do tempo, refletiram ou esqueceram os eventos de desastre na Madeira.